

Políticas públicas “emancipatórias” no Brasil: uma análise acerca das possibilidades de geração de emprego e renda a partir da economia social e solidária

Leandro Pereira Morais^A
Miguel Juan Bacic^B

Resumo

Este trabalho realiza uma discussão teórico-conceitual sobre economia social e economia solidária, mostrando suas relações com as políticas públicas que visam à emancipação de grupos desfavorecidos no âmbito da geração de emprego e renda. Analisa-se a relação dessas políticas com o Programa Bolsa Família, em seu intento “emancipatório”, e as dificuldades dos empreendimentos econômicos solidários (EES) no Brasil, com base no Atlas da Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Entende-se que conhecer a dinâmica dos EES, bem como as políticas públicas em elaboração e experimentação, constitui-se um passo importante para desvendar e enfrentar a realidade de um país marcado por uma profunda desigualdade socioeconômica.

Palavras-chave: Políticas públicas. Economia social. Economia solidária. Emancipação. Emprego.

Abstract

This study presents a theoretical-conceptual discussion on Social Economy and Joint Economy, showing their relationships with public policies aiming the emancipation of underprivileged groups within the scope of job and income generation. The relation between such policies and the Bolsa Familia Program, in its “emancipating” intent, and the difficulties of the joint Economy Enterprises (EES in Portuguese) in Brazil are reviewed, based on the Atlas of Joint Economy of the National Secretariat for Joint Economy (Senaes in Portuguese). It is understood that the dynamics of the EES as well as the public policies being developed and experimented is considered an important step in uncovering and facing reality in a country marked by deep social-economic inequality.

Keywords: Public policies. Social Economy. Emancipation. Employment.

INTRODUÇÃO

Recentemente, em muitos países, vem-se constatando o crescimento de iniciativas de produção e de prestação de serviços, organizadas com base na livre associação e nos princípios de cooperação e autogestão. De fato, a presença e a progressiva amplitu-

de desse campo de práticas suscitaram programas e ações do setor público, no sentido de promovê-las como opção de renda e de melhor qualidade de vida. Ao mesmo tempo, provocou-se um estado permanente de debates entre líderes políticos e sociais, militantes e estudiosos, acerca de suas principais causas explicativas e de sua importância para a construção de uma alternativa de desenvolvimento, nos âmbitos local e global (GAIGER, 2004; MORAIS, 2007).

Do ponto de vista internacional, segundo Moreno e Chaves (2006), foi a partir dos anos de 1970 que se iniciaram, de uma perspectiva econômico-social,

^A Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); mestre em Economia Social, Desarrollo Local y Emprendedores (Universidad de Sevilla); professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); coordenador de Projetos em Desenvolvimento do Território do Instituto Pólis. lpmorais@gmail.com

^B Doutor em Administração de Empresas pela Universidad Nacional Del Sur, Argentina; livre-docente em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); professor do Instituto de Economia da Unicamp. bacic@eco.unicamp.br

o estágio de “experimentação” –, entende-se que a ES, através de seus “mecanismos específicos”, pode contribuir para a geração de emprego e renda, para uma distribuição de renda menos desigual e para o desenvolvimento endógeno, tendo em vista seus maiores vínculos com o território, o que, conseqüentemente, levaria a uma maior autonomia dele, de forma complementar aos objetivos macroeconômicos mais gerais. Ou seja, diferentemente de alguns autores muito otimistas sobre o papel desempenhado pela ES, considera-se que, para uma maior efetividade e êxito, essas iniciativas devem estar condicionadas às determinações mais gerais de escala macroeconômica, ou seja, aos reflexos da política econômica adotada em cada país/região, no que diz respeito aos níveis de investimento, emprego, renda, consumo, distribuição de renda etc.

Nessa perspectiva, do ponto de vista das políticas públicas atualmente executadas no âmbito de geração de emprego e renda no Brasil, um novo “modelo” de enfrentamento da realidade socioeconômica atual vem sendo observado e se dá a partir de certas iniciativas, também adotadas recentemente na América Latina, de Programas de Transferência Monetária Condicionada (PTMC). Esses programas têm como ideia basilar “trabalhar conjuntamente” com as famílias beneficiárias para que elas possam encontrar as “portas de saída” de sua condição de pobreza, abordagem esta que implica a integração com outras políticas e programas, no marco de uma estratégia de desenvolvimento mais amplo (SOARES; BRITTO, 2008).

No Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF) do governo federal, instituído em 2004, a partir da unificação de alguns programas sociais de transferência de renda (tais como o Bolsa Escola, o Fome Zero, o Bolsa Alimentação e o Vale Gás), é tido como “um dos maiores programas de transferência condicionada de renda do mundo”, beneficiando mais de 11 milhões de famílias (SOARES; RIBAS; OSÓRIO, 2007, p. 2). Na América Latina, outros exemplos também são verificados, embora com menor envergadura,

como os casos do Red Solidária, em El Salvador; Tekoporã, no Paraguai; Chile Solidário, no Chile; Oportunidades, no México; Bono Solidário, no Equador; e Familias em Acción, na Colômbia.

Em que pese a acirrada discussão acadêmica

e política sobre o assunto, característica inerente a um tema espinhoso e controverso, de fato, do ponto de vista prático, o recente relatório, intitulado Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, elaborado pelo Centro de Desenvolvimento e Plane-

jamento Regional de Minas Gerais (Cedlepar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2007), apontou que os PTMC tiveram impacto sobre a pobreza e, em especial, sobre a pobreza extrema. No entanto, verificou-se que, na maior parte dos casos, tais transferências e o tempo de sua duração são insuficientes para tirar as famílias da pobreza, ou seja, para quebrar o círculo intergeracional da pobreza e de falta de oportunidades.

No que se refere especificamente à terceira dimensão, ou seja, aos programas que visam sensibilizar, estimular e se direcionar no sentido da geração de trabalho e renda, a ideia central reside na elaboração de iniciativas que disponibilizem recursos para financiar projetos de capacitação profissional e de geração de emprego e renda, além de estimular a integração de programas de microcrédito e a inclusão dos beneficiários dos PTMC, com o objetivo maior de se “deslocar” de um perfil de políticas “assistencialistas” para “emancipatórias” (SCOLESE, 2007).

Conforme se pode notar, há um ambiente favorável econômica, social e politicamente para levar adiante projetos que contemplem objetivos socioeconômicos com a possibilidade de geração de trabalho, emprego e renda. Em contrapartida, empiricamente, percebe-se uma série de dificuldades para que tais projetos obtenham êxito e realmente cumpram a função de “emancipação” de famílias beneficiárias. Além do que, a grande maioria dos empreendimentos sociais, desde sua concepção, é

Conforme se pode notar, há um ambiente favorável econômica, social e politicamente para levar adiante projetos que contemplem objetivos socioeconômicos com a possibilidade de geração de trabalho, emprego e renda

os estudos teóricos e empíricos mais significativos sobre o tema, no âmbito da economia social (ES). Segundo Carpi (1997), é a partir desse período, mencionado por alguns autores como a crise do "modelo fordista" de produção e de distribuição, que se podem entender as "novas" tendências e o interesse pela ES. Para o autor, as transformações socioeconômicas desse período e o contexto de desemprego, incertezas, insegurança, tensões sociais e políticas, aliados à incapacidade do Estado e do "mercado" para enfrentar tal situação, são os principais elementos que podem explicar a massiva mobilização da sociedade civil em busca de soluções coletivas. É aqui que a ES encontra um "caldo de cultivo" apropriado para seu desenvolvimento, "caldo" esse que ganha ainda mais sustância nos anos de 1990, ante as transformações econômicas, sociais e políticas em âmbito internacional.

No entanto, a ES constitui uma realidade econômica heterogênea, marcada por uma série de dificuldades e contradições no que tange à sua definição, conceituação, delimitação de suas atividades e de suas organizações e, conseqüentemente, de sua mensuração. Vale lembrar que esse setor inclui unidades econômicas vinculadas a atividades de todos os setores e que podem estar presentes em todas as fases do processo produtivo. Além do que, em cada país ou região, é tratada com terminologias diferentes que se deixam confundir facilmente. Ou seja, a expressão ES não está isenta de ambigüidades, uma vez que convive com expressões de diversos tipos, tais como setor voluntariado, filantrópico, não monetário, não lucrativo, de interesse social, terceiro setor, organização não governamental (ONG), economia solidária, economia social e outras que, embora tentem descrever realidades similares, nem sempre delimitam o mesmo campo de atividades. Conforme atentou Cruz (2006, p. 37), a ES "é uma expressão conceitual em disputa", ou cujo significado é "objeto de viva polêmica", no qual "[...] aqueles que defendem a utilização da expressão não coincidem no seu sentido, e aqueles que a criticam, obviamente, não coincidem também em suas críticas".

Aqueles que defendem a utilização da expressão [ES] não coincidem no seu sentido, e aqueles que a criticam, obviamente, não coincidem também em suas críticas

Em outras palavras, o termo ES contempla uma multiplicidade de opiniões, ou seja, o conceito carece de aceitação e implementação generalizadas. Pode-se afirmar, portanto, que até o momento não existe consenso sobre a delimitação desse "setor" (BAREA, 1990; CARPI, 1997; DEFURNY; FAVREAU; LAVILLE, 1997; CHAVES, 1998; BAREA; MONZÓN, 2002; TOSCANO, 2002; CRUZ, 2006; MORENO; CHAVES, 2006; MORAIS, 2007).

No Brasil, o termo ES não é tradicionalmente utilizado, apesar de as organizações que atuam na interface entre a economia e a sociedade constituírem um fenômeno social expressivo e cada vez mais reconhecido (SERVA; ANDIÓN, 2006). Segundo esses autores, pode-se constatar que ainda não existe no país uma visão dominante e, muito menos, um consenso sobre o que é a ES, quais organizações e entidades a compõem e qual o seu papel social. Do ponto de vista científico, "[...] observa-se a coabitação de diferentes representações, correntes e concepções as quais se apoiam em ideologias distintas e, em alguns casos, até contraditórias" (SERVA; ANDIÓN, 2006, p. 39). Assim, torna-se necessário e pertinente promover um debate mais amplo sobre o papel da ES no Brasil, a começar pela identificação das entidades que a constituem e qual seu significado e contribuição para a economia e sociedade brasileiras.

Independentemente da terminologia utilizada, das dificuldades de conceituação, definição e mensuração e da controvérsia inerentes a um tema "espinhoso", entende-se que a ES pode desempenhar um papel significativo, do ponto de vista socioeconômico, ante o contexto de globalização atual. Em que pese a contribuição de alguns autores, como, por exemplo, Vainer (2000) – que se posiciona contra a ideia de ES como alternativa ao enfrentamento da crise do emprego e do estado de bem-estar¹ – e Castel (1998) – que entende tais realizações como pouco inovadoras e com limitadas chances de ultrapassarem

¹ Segundo esse autor, como bem notou Lima (2003), essa é uma tentativa de juntar coisas que se repelem e se opõem – economia e solidariedade. Sua visão é a de que, no mundo da economia capitalista, não há lugar para a solidariedade, uma vez que os espaços de solidariedade são regidos por outros fins, outros valores, outras práticas. Ele entende que a chamada ES não constitui um modelo alternativo de organização social, pois qualquer projeto amplo e abrangente de solidariedade social é inseparável da crítica da economia. É expressa a ideia da impossibilidade de construir um projeto de solidariedade social, uma alternativa à economia e a suas leis, nos marcos da economia

o estágio de "experimentação" –, entende-se que a ES, através de seus "mecanismos específicos", pode contribuir para a geração de emprego e renda, para uma distribuição de renda menos desigual e para o desenvolvimento endógeno, tendo em vista seus maiores vínculos com o território, o que, conseqüentemente, levaria a uma maior autonomia dele, de forma complementar aos objetivos macroeconômicos mais gerais. Ou seja, diferentemente de alguns autores muito otimistas sobre o papel desempenhado pela ES, considera-se que, para uma maior efetividade e êxito, essas iniciativas devem estar condicionadas às determinações mais gerais de escala macroeconômica, ou seja, aos reflexos da política econômica adotada em cada país/região, no que diz respeito aos níveis de investimento, emprego, renda, consumo, distribuição de renda etc.

Nessa perspectiva, do ponto de vista das políticas públicas atualmente executadas no âmbito de geração de emprego e renda no Brasil, um novo "modelo" de enfrentamento da realidade socioeconômica atual vem sendo observado e se dá a partir de certas iniciativas, também adotadas recentemente na América Latina, de Programas de Transferência Monetária Condicionada (PTMC). Esses programas têm como ideia basilar "trabalhar conjuntamente" com as famílias beneficiárias para que elas possam encontrar as "portas de saída" de sua condição de pobreza, abordagem esta que implica a integração com outras políticas e programas, no marco de uma estratégia de desenvolvimento mais amplo (SOARES; BRITTO, 2008).

No Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF) do governo federal, instituído em 2004, a partir da unificação de alguns programas sociais de transferência de renda (tais como o Bolsa Escola, o Fome Zero, o Bolsa Alimentação e o Vale Gás), é tido como "um dos maiores programas de transferência condicionada de renda do mundo", beneficiando mais de 11 milhões de famílias (SOARES; RIBAS; OSÓRIO, 2007, p. 2). Na América Latina, outros exemplos também são verificados, embora com menor envergadura,

como os casos do Red Solidária, em El Salvador; Tekoporã, no Paraguai; Chile Solidário, no Chile; Oportunidades, no México; Bono Solidário, no Equador; e Famílias em Acción, na Colômbia.

Em que pese a acirrada discussão acadêmica e política sobre o assunto, característica inerente a um tema espinhoso e controverso, de fato, do ponto de vista prático, o recente relatório, intitulado Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, elaborado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (Cedlepar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2007), apontou que os PTMC tiveram impacto sobre a pobreza e, em especial, sobre a pobreza extrema. No entanto, verificou-se que, na maior parte dos casos, tais transferências e o tempo de sua duração são insuficientes para tirar as famílias da pobreza, ou seja, para quebrar o círculo intergeracional da pobreza e de falta de oportunidades.

No que se refere especificamente à terceira dimensão, ou seja, aos programas que visam sensibilizar, estimular e se direcionar no sentido da geração de trabalho e renda, a ideia central reside na elaboração de iniciativas que disponibilizem recursos para financiar projetos de capacitação profissional e de geração de emprego e renda, além de estimular a integração de programas de microcrédito e a inclusão dos beneficiários dos PTMC, com o objetivo maior de se "deslocar" de um perfil de políticas "assistencialistas" para "emancipatórias" (SCOLESE, 2007).

Conforme se pode notar, há um ambiente favorável econômica, social e politicamente para levar adiante projetos que contemplem objetivos socioeconômicos com a possibilidade de geração de trabalho, emprego e renda. Em contrapartida, empiricamente, percebe-se uma série de dificuldades para que tais projetos obtenham êxito e realmente cumpram a função de "emancipação" de famílias beneficiárias. Além do que, a grande maioria dos empreendimentos sociais, desde sua concepção, é

Conforme se pode notar, há um ambiente favorável econômica, social e politicamente para levar adiante projetos que contemplem objetivos socioeconômicos com a possibilidade de geração de trabalho, emprego e renda

marcada por determinados óbices que inviabilizam sua consecução.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo discutir as dificuldades dos programas de "emancipação" através dos empreendimentos econômicos sociais ou solidários (EES) no Brasil, com base na análise de algumas experiências dos beneficiários do PBF do governo federal e seu intento em promover, além da transferência de renda (assistencialismo), novos programas baseados em meios e critérios para gerar trabalho, emprego e renda a partir de instituições da ES e economia solidária (Esol). Conforme atentou Leite (2008), o papel das políticas públicas revela-se cada vez mais importante, segundo estudiosos do assunto, e é tido como um elemento central para o bom desempenho dos empreendimentos, sobretudo num contexto em que, segundo França Filho (2006), a atual política pública brasileira de Esol se encontra "em construção", em "processo de experimentação".

Para tal, pretende-se, de forma inicial, discutir os principais aspectos que permeiam a discussão teórica sobre ES e Esol, bem como a problemática do tema no Brasil. Posteriormente, discute-se a relação do PBF, em seu intento "emancipatório", e as dificuldades do empreendedorismo social no Brasil, com base na análise de alguns aspectos do *Atlas da Economia Solidária* (BRASIL, 2008a), elaborada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do governo federal.

ES E ESOL: REVISÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

De acordo com Cruz (2006, p. 37), é difícil precisar o momento em que os termos começaram ser utilizados, além do que, "[...] vários teóricos reivindicam para si a primazia na utilização do conceito". No entanto, existe certo consenso de que foi nas primeiras décadas do século XIX, período caracterizado pelo processo de "emancipação" da ciência econômica, quando a primeira acepção do termo ES toma força. Para Montolio (2002), a expressão ES foi empregada provavelmente pela primeira vez

pelo economista da escola francesa liberal Charles Dunoyer (1768-1862)².

No entanto, cabe a questão: o que é a ES? No intuito de responder tal indagação, um primeiro aspecto que chama a atenção dos investigadores desse campo de estudo é a grande quantidade de terminologias existentes. De acordo com Moreno e Chaves (2006, p. 91), "[...] *esta inflación de locuciones se justifica en los diferentes modos de generación, actuación y comportamiento con que este sector se manifiesta en los distintos países*". A diversidade terminológica foi minuciosamente descrita por Moreno (1996), e, de acordo com a autora, os termos mais frequentes são terceiro setor, setor voluntário, setor não lucrativo, setor filantrópico, setor caritativo, organizações não governamentais (ONGs), setor independente, setor intermediário, setor isento de impostos e economia social.

Nessa perspectiva, cabe notar que a multiplicidade de terminologias referentes ao setor se traduz em um outro problema, descrito por Barea e Monzón (2002, p. 22):

Las ambigüedades y contradicciones existentes a la hora de ofrecer información cuantitativa del sector de la Economía Social se deben, en buena medida, a la ausencia de una delimitación conceptual de su ámbito y al escaso rigor metodológico con que frecuentemente se elaboran las magnitudes agregadas correspondientes.

Dessa forma, a grande quantidade de terminologias é justificada pelos diferentes modos de geração, atuação e comportamento que esse setor manifesta nos diferentes países, ou seja, em cada nação, assim como em cada região se adotam distintas terminologias para fazer frente ao setor, de acordo com aspectos históricos, culturais, políticos, jurídicos etc. Além do que, conforme salientaram Moreno e Chaves (2006, p. 91), "[...] *la elección de éstos como objeto de estudio por parte del científico social evidencia la existencia de juicios de valor en el proceso científico y denota una indudable carga*

² Para uma discussão mais aprofundada, ver Cochran (1979), Barea (1990), Barea e Monzón (2002), Montolio (2002), Monzón (2006) e Morais (2007).

política y ideológica"³.

Trata-se, portanto, de um setor em que, até o momento, não existe delimitação de fronteiras, ou seja, no qual as entidades que o contemplam não estão definidas de forma consensual. Na visão de Moreno e Chaves (2006), o problema da diversidade terminológica, um dos temas que vêm gerando um maior número de investigações e trabalhos científicos, está intimamente ligado à questão da conceituação, ou seja, da definição do conjunto de organizações/entidades que integram esse complexo setor. Diante dessas dificuldades, de acordo com os autores, na literatura econômica podem-se detectar três enfoques teóricos bem definidos: enfoque da ES, tido como o mais antigo, mais consolidado e bastante divulgado e utilizado na Europa; enfoque das organizações *non profit*; e enfoque da economia solidária, o mais recente e considerado por muitos autores como uma derivação do enfoque da ES.

Como se percebe, o campo da ES e da Esol é marcado por uma pluralidade terminológica, o que evidencia a complexidade de seus conteúdos e a multiplicidade de formas e riqueza que o cercam. Na seção a seguir, pretende-se analisar as principais contribuições de estudos e análises referentes ao caso brasileiro, ainda em fase de construção.

ES E ESOL NO BRASIL: BALANÇO TEÓRICO-CONCEITUAL, TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Conforme já enunciado anteriormente, o termo ES não é tradicionalmente utilizado no Brasil⁴, apesar de as organizações que atuam na interface entre a economia e a sociedade constituírem um fenômeno social expressivo e cada vez mais reconhecido. No entanto, assim como a maioria dos estudos sobre o tema em outros países, no Brasil não existe um consenso sobre o que é ES e quais entidades

³ Conforme apontou Cruz (2006, p. 88), conceituar esse "setor" é algo complexo, "[...] uma vez que é uma tarefa que se desloca do mero debate acadêmico, para incorporar-se aos olhares e propostas de um espectro amplo de atores sociais, do movimento sindical aos formuladores de políticas públicas, de instituições religiosas a organismos multilaterais [...]."

⁴ Ou, conforme afirma Tesch (2004, p. 86): "O termo ES é desconhecido no Brasil".

a constituem (MORAIS, 2007). Conforme observaram Serva e Andiön (2006, p. 51), "[...] emoldurados sob vários rótulos e conceitos [...], tais estudos vêm se multiplicando e constituindo paulatinamente um novo campo científico no país". Partindo dessa constatação, os autores

O campo da ES e da Esol é marcado por uma pluralidade terminológica, o que evidencia a complexidade de seus conteúdos e a multiplicidade de formas e riqueza que o cercam

realizam uma apresentação dos principais conjuntos de estudos que participam da construção desse "novo campo científico", tomando como referência a filiação teórica e os conceitos principais que caracterizam cada conjunto e não somente a simples questão da nomenclatura. Assim, eles os dividem em: estudos do "cooperativismo"; a corrente do "terceiro setor"; estudos interdisciplinares sobre organizações da sociedade civil; e a corrente "neomarxista".

No que se refere aos estudos do cooperativismo – a mais antiga produção teórica no campo da ES no país –, dentre as mais diversas correntes, duas possuem uma forte influência no pensamento cooperativo brasileiro: a doutrina cooperativa de inspiração "rochdaleana" e a da racionalidade econômica e administrativa. Na verdade, o corpo da doutrina cooperativa é composto por diversos eixos, todos tendo como base os princípios estabelecidos pelos pioneiros de Rochdale⁵, em que pese o fato da existência, além das cooperativas "autênticas", de "pseudo cooperativas", que seriam caracterizadas por aquelas que apresentam "[...] casos desviantes que distorcem o padrão normativo das cooperativas e que comprometem os objetivos de desenvolvimento participativo" (LIMA, 2008, p. 4).

No âmbito das cooperativas informadas e contabilizadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), para se ter uma ideia da dimensão desse segmento no Brasil, cabem algumas informações que constam no informativo técnico da OCB (2008), em seu estudo intitulado *Panorama do Cooperativismo no Brasil: Censos, Exportações e Faturamento*. Vale mencionar que a OCB organiza as cooperativas com base em 13 ramos principais:

⁵ Tida como a primeira cooperativa moderna inglesa, fundada em 1844 por 28 obreiros, cujos principais valores e princípios (empresas democráticas, de livre adesão, igualdade de direito de voto, criação de patrimônio irrepatriável etc.) foram adotados por todas as classes de cooperativas existentes atualmente.

agropecuário, crédito, educacional, saúde, infraestrutura, transportes, turismo e lazer, produção, especial, mineral, consumo e trabalho. O Quadro 1 sintetiza as principais informações.

- 7.727 cooperativas filiadas à OCB (aumento de 66% entre 2000 e 2007). Por setor: trabalho: 1826, agropecuário: 1544, crédito: 1148, transporte: 954, saúde: 919, habitação: 381, educação: 337, produção: 208, outros setores: 366.
- 7,69 milhões de afiliados. crédito: 2,851 milhões, consumo: 2,468 milhões, agropecuário: 888 mil, infraestrutura: 628 mil, trabalho: 335 mil, saúde: 246 mil, habitação: 99 mil, transporte: 88 mil, outros setores: 93 mil.
- Empregos: 251 mil trabalhadores (aumento de 48% entre 2000 e 2007), com destaque ao ramo agropecuário (140 mil).
- Faturamento: US\$ 41.200,00 milhões no ano de 2007.
- Exportações das cooperativas: US\$ 3.300,00 milhões (aumento de 18% em relação a 2006), segundo a Secex, concentradas nas vendas do ramo agropecuário.
- Percentagem das exportações por setor: complexo sucroalcooleiro: 32,79%, complexo soja: 25,91%, carnes: 25,91%, café: 8,32%.

Quadro 1
Informações sobre o cooperativismo no Brasil

Fonte: OCB (2008).

Em se tratando da segunda corrente enunciada, dos estudos referentes ao "terceiro setor", assim como descrito nos trabalhos internacionais, ela está voltada mais para a análise das organizações que não possuem objetivo de lucro e que visam à promoção do interesse geral. Assim, nos estudos que compõem essa corrente, o termo "terceiro setor" é empregado na mesma acepção originária dos países anglo-saxões, ou seja, referindo-se ao conjunto de organizações que atuam na esfera pública e não pertencem ao aparelho burocrático do Estado, nem ao setor das empresas privadas e demais instituições que integram a economia de mercado. Refere-se, portanto, a um vasto conjunto de organizações, como ONG, fundações, institutos empresariais, entidades filantrópicas, organizações populares, organismos internacionais de cooperação etc.

Do ponto de vista da quantificação desse segmento, foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos,

Fundações e Empresas (GIFE), um mapeamento intitulado As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil. Utilizando-se os dados do Cadastro Central de Empresas (Cempre), realizado pelo IBGE, a partir de tabulações especiais que levaram em conta cinco parâmetros para selecionar o objeto de estudo⁶ (entidades privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias), das 500 mil entidades sem fins lucrativos registradas, obteve-se um subconjunto de análise que contemplou 276 mil entidades para o ano de 2002.

Como principais conclusões, a pesquisa revelou que as organizações são relativamente novas, pois 62% foram criadas a partir dos anos de 1990, e que a cada década se acelera seu ritmo de crescimento. Para se ter uma ideia dessa constatação, nos anos de 1980, as organizações que apareceram eram 88% mais numerosas que as que existiam nos anos de 1970, e em relação às que apareceram nos anos de 1990, eram 124% superiores às que existiam nos anos de 1980. Somente de 1996 para 2002, registraram um aumento de 157%. Outras características apontam que, em sua grande maioria, são pequenas organizações (77% delas não possuem qualquer empregado e somente 7% contam com dez ou mais assalariados), embora haja uma concentração da mão de obra em poucas organizações, uma vez que somente 1% delas possui 100 ou mais empregados, reunindo 61% do total das pessoas ocupadas nesse âmbito de estudo. Em relação aos postos de trabalho gerados nesse setor, dois dados interessam ser reproduzidos: o primeiro refere-se ao fato de que, do conjunto do total dos ocupados em organizações formalmente registradas no país, o número de empregos gerados nessas organizações corresponde a 5,5 %, e o segundo refere-se ao significativo aumento dos postos de trabalho entre um período de apenas seis anos: em 1996, registravam-se 1.039.925 postos, saltando, em 2002, para 1.541.290, o que significa um aumento de quase 50%. Do ponto de vista setorial, as áreas de educação e saúde detêm mais da metade das pessoas ocupadas, seguidas da assistência

⁶ Vale lembrar que as cooperativas estão excluídas desse âmbito de análise.

social, que, em terceiro lugar, corresponde a 15% do total dos ocupados. Por regiões do país, somente a Região Sudeste concentra 44% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos, sendo que São Paulo (21%) e Minas Gerais (13%) reúnem um terço das organizações existentes no Brasil. No que diz respeito à massa salarial, os dados da pesquisa apontam para o valor de R\$ 17,5 bilhões no ano de 2002. Uma versão mais recente desse estudo foi realizada pelas mesmas instituições e, segundo a pesquisa, entre 2002 e 2006, o número de entidades enquadradas nesse tipo de organização cresceu 22,6%, passando de 276 mil para 338 mil.

A despeito dos trabalhos interdisciplinares sobre as organizações da sociedade civil, nos quais se inserem diversos estudos que tentam abordar o fenômeno de sua progressiva organização no Brasil, bem como de suas repercussões diretas ou indiretas para a ES, os autores Serva e Andiñón (2006) propugnam a ideia de não atribuir a esse conjunto de estudos a denominação de "corrente", tendo em vista a constatação de uma "[...] razoável pluralidade interna, principalmente no que diz respeito aos pontos de vista sob os quais as análises se realizam" (SERVA; ANDIÑÓN, 2006, p. 57). No entanto, a opção por colocá-los juntos, no mesmo apanhado, se dá pelo fato de se constatarem alguns traços comuns, como a adoção do conceito de sociedade civil como uma esfera "semiautônoma" ante o Estado e o mercado e, ao mesmo tempo, em constante relação com eles; o reconhecimento de que a sociedade civil e suas organizações constituem um campo marcado pela complexidade e, portanto, requer uma abordagem interdisciplinar; e o interesse em analisar os aspectos sociais, econômicos e políticos presentes no âmbito das organizações da sociedade civil, buscando compreender sua contribuição para o avanço da democracia, a ampliação da coesão social e o reforço a uma economia plural, embora reconhecendo seus limites e contradições.

No que tange ao quarto conjunto de estudos sobre ES no Brasil, sugerido por Serva e Andiñón (2006), cabe agora tecer algumas considerações

sobre a denominada corrente "neomarxista". Segundo os autores, essa corrente emprega o conceito de Esol para designar o seu campo de estudo, mas, como já adiantado, numa acepção diferente do conceito elaborado na França por Laville, entre outros. Aos adeptos dessa corrente, a Esol constitui um modo de produção distinto do capitalismo⁷. O professor e também responsável pela Senaes⁸, do MTE, Paul Singer, é tido como um dos grandes ícones dessa corrente.

Segundo ele, a economia solidária "[...] foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego" (SINGER, 2002, p. 83). Conforme destacam Serva e Andiñón (2006), para Singer, no capitalismo, a arma dos desprovidos de capital é a solidariedade, e, então, a Esol pode ser definida como um conjunto composto por diferentes tipos de "empresas", que surgem como reação às carências que o sistema dominante se nega a resolver.

PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA CONDICIONADA (PTMC): AVANÇOS E LIMITES NAS POSSIBILIDADES DE "EMANCIPAÇÃO"

No Brasil, assim como na América Latina, ao longo dos últimos dez anos, têm sido levadas a cabo experiências de PTMC, com o objetivo de aliviar a pobreza a curto prazo e de romper o círculo intergeracional de pobreza. Esses programas normalmente fornecem uma transferência de renda às famílias pobres, condicionada à frequência escolar das crianças e a *check-ups* médicos regulares, tanto de crianças como de mulheres grávidas. Os PTMC são vistos por muitos governos e agências multilaterais como um instrumento eficaz e de baixo custo para redução da pobreza e ampliação de oportunidades

⁷ Embora para autores como Lisboa (1999) a economia solidária constitua uma alternativa a partir do interior das relações com o mercado, sendo, portanto, a economia solidária uma alternativa não mais ao capitalismo, mas no capitalismo.

⁸ A Senaes foi criada em junho de 2003, como reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos de 1980. É tida como defesa contra a exclusão social e como mecanismo de inserção socioeconômica (SINGER, 2004), além de uma alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza (LANÇE, 2006).

aos pobres (SOARES; ZEPEDA, 2008).

Soares e outros (2006), nos *working papers* publicados pelo International Poverty Centre (IPC), em parceria com o IPEA, discutem a contribuição e o impacto dos *cash transfer programmes* no que tange à desigualdade e à pobreza no Brasil, entre os anos de 1995 e 2004. Segundo os autores:

the eradication of poverty and the substantial reduction of the levels of inequality in Brazil are goals which are difficult to reach within a reasonable time limit without resorting to direct redistribution mechanisms. Cash transfer programmes that are of a non-contributory nature are clear examples of the use of this type of mechanism. These programmes have existed for decades and have passed through innovations and expansions since the end of the 1990s (SOARES et al, 2006, p. 2).

Ainda de acordo com esse estudo,

the Brazilian programmes for the direct transfer of cash to the low income population are important because, without them, it would hardly be possible to eradicate poverty or reduce inequality to tolerable levels within a reasonable time frame, even though these programmes surely do not constitute the only and permanent solution for the country's social problems, there is no doubt that they should be part of any proposal that would promote a more just society (SOARES et al, 2006, p. 26).

Em um trabalho mais atual, intitulado *Confronting Capacity Constraints on Conditional Cash Transfers in Latin America: The Cases of El Salvador and Paraguay*, Soares e Britto (2008) enfocam as contradições e tensões potenciais que emergem dos dois objetivos desses programas (aliviar a pobreza a curto prazo e romper o círculo intergeracional da pobreza através do acúmulo de capital humano), bem como as limitações concernentes à capacidade financeira e institucional. Segundo os autores, existem muitas dúvidas acerca do potencial desses programas, sobretudo em países onde tais limitações são mais significativas, uma vez que "[...] *having strong institutional coordination and ensuring funds for a reasonable period of time are basic requirements for the success of CCT Programmes*"

(SOARES; BRITO, 2008, p. 2).

Os autores propugnam a ideia de que, em um contexto marcado pelas históricas heterogeneidade e exclusão, características dos países da América Latina, os PTMC não podem ser considerados uma estratégia integral de redução da pobreza e/ou de proteção social. Além do que a grande maioria desses programas na região possui um limite de tempo de permanência de três anos em média. Após esse prazo, as famílias seriam reavaliadas em sua situação de pobreza e exclusão. Isso se justificaria sobretudo por duas razões: evitar a dependência e dar oportunidade a outras famílias, talvez mais pobres, de participar desse programa cujo financiamento é limitado.

Nessa perspectiva, iniciativas de PTMC mais recentes, denominadas de PMTC de "terceira geração"⁹, enfatizam uma nova dinâmica para o enfrentamento da pobreza, a partir da ideia de "portas de saída" ou "emancipação". Inspirados no Programa Puente de Chile Solidário, defende-se que trabalhar conjuntamente com as famílias beneficiárias para que elas possam encontrar as "portas de saída" de sua atual condição de pobreza seria um caminho pertinente. No entanto, para Soares e Britto (2008), essa abordagem implicaria a integração com outras políticas e programas, a partir de uma estratégia de desenvolvimento mais amplo. Esse pareceria ser um dos "aspectos novos" que estariam presentes nos PTMC dessa "geração".

Nesse estudo em questão, os autores analisam a experiência de El Salvador e Paraguai, mostrando que em El Salvador, por exemplo, um dos componentes do Red Solidária é uma "rede de sustentabilidade familiar" que oferece microcrédito e promove projetos produtivos nos municípios onde estão implementados os PTMC. Já no Paraguai, o componente de apoio familiar recorre a "guias familiares" para desenvolver estratégias conjuntamente com as famílias beneficiárias, visando melhorar seu potencial produtivo e apoiar a organização de espécies de "comitês de beneficiários produtivos".

Dessa forma, o "apoio integral" que oferecem es-

⁹ Em alusão ao fato de que a "primeira geração" constituía no alívio imediato da pobreza, no curto prazo, enquanto a "segunda" se daria, a partir das condicionalidades, no sentido de uma melhora do perfil educacional e de saúde dos beneficiários para, num momento subsequente, enfrentar, em melhores condições, os desafios para encontrar a "porta de saída".

ses programas aos beneficiários se dará no sentido de acrescentar capital financeiro, social e humano aos membros adultos da família, de tal modo que eles possam melhorar suas condições de vida de maneira sustentável, potencializando, assim, suas possibilidades de sair da pobreza quando no período de não receber mais o auxílio oriundo das transferências monetárias dos programas. Nessa perspectiva, afirmam os autores, há um "distanciamento" da ideia originária dos PTMC, cujo enfoque se dava no alívio à pobreza a curto prazo, inserindo na discussão atual oportunidades econômicas, *empowerment* e atividades de geração de renda e de trabalho como elementos importantes, sobretudo para dar "respostas" às críticas de que os PTMC não alteram a situação de pobreza da família a curto prazo, podendo, inclusive, gerar dependência.

No Brasil, bem como em âmbito internacional, embora estudos mais específicos sobre os impactos e perspectivas da "terceira geração" dos PTMC ainda se constituam um tema em elaboração, pode-se, mesmo que de maneira preliminar, esboçar algumas considerações. No âmbito da Esol – como se tentou mostrar na parte anterior deste trabalho –, há um ambiente mais favorável e permissivo à consecução de políticas e práticas que vão ao encontro da ideia das possibilidades de "emancipação" dos beneficiários. Para se ter uma ideia, basta analisar os dados e as possibilidades encontradas na esfera da Senaes. Também é interessante analisar as possibilidades abertas pelos programas de microcrédito, experiência que vem sendo desenvolvida em diversos municípios brasileiros.

DIFICULDADES PARA A "TERCEIRA GERAÇÃO" DOS PROGRAMAS "EMANCIPATÓRIOS"

Segundo Abreu, Jorge e Sorj (1997), na década de 1980, numerosos programas de geração de renda foram desenvolvidos a partir de iniciativas diversificadas – Estado, setor privado, ONG –, vol-

tados para a melhoria das condições de trabalho e renda dos grupos sociais de baixa renda. O objetivo das autoras era discutir políticas e projetos de geração de renda voltados para mulheres de baixa renda e identificar os avanços e os entraves

O estudo sugere, com base nos casos analisados, a importância de atuar em áreas específicas, como pesquisas de mercado, atividades de capacitação profissional, linhas de crédito e aproximação produtor-consumidor

que permanecem para sua consolidação. Entre os principais problemas levantados, as questões econômicas, jurídicas, administrativas e financeiras eram as de maior relevância, sendo que "[...] a comercialização e a ampliação de mercado são vistas como os principais pontos de estrangulamento no desenvolvimento das atividades" (ABREU; JORGE; SORJ, 1997, p. 65).

De forma resumida, os principais "gargalos" ou dificuldades que as produtoras enfrentavam – basicamente os mesmos –, entre os casos analisados, eram comercialização (estabelecer fluxos de compradores aos seus produtos e atender à demanda, fixar preços etc.); matéria-prima (comprar a quantidade ideal e em pequenas quantidades; há uma tendência de preços mais altos e condições menos favoráveis de pagamento, o que torna o valor do produto final não competitivo); recursos para equipamentos; qualificação e aperfeiçoamento; e gerenciamento. O estudo sugere, com base nos casos analisados, a importância de atuar em áreas específicas, como pesquisas de mercado, atividades de capacitação profissional, linhas de crédito e aproximação produtor-consumidor.

Abreu, Jorge e Sorj (1997) retratam dificuldades típicas de programas emancipatórios que são construídos a partir do conceito de "geração de renda" por parte dos beneficiados. Essa perspectiva resultou, no Brasil, na origem de esforços e políticas visando à constituição de cooperativas "populares" e formas associativas autogestionárias, nas quais os trabalhadores criassem um "espaço de autonomia" com o qual, além de obter renda, pudessem exercer a cidadania intraorganizacional, tomando decisões gerenciais e estratégicas dentro da cooperativa, repensando a organização do trabalho e decidindo sobre as formas de remuneração dos participantes

desse coletivo produtivo.

Esse caminho, eticamente louvável, encontra sérias dificuldades quando confrontado com a realidade. A construção de um "espaço de autonomia" tem como pré-requisitos competências e recursos que não estão ao alcance da maioria dos grupos autogestionários. Assim, no que se refere a uma forma bastante comum de organização dos grupos para geração de renda – as cooperativas de trabalho –, verificam-se inúmeras dificuldades e limitações que tornam essas experiências nada exitosas (LIMA, 2007). Conforme alguns casos relatados por Reis (2007), a geração de renda com "autonomia" (elemento muito valorado dentro da Esol) não se verifica, e os "patrões" (no caso, os clientes) continuam mandando.

Lima (2007, p. 149), ao analisar cooperativas gaúchas de trabalho, afirma que "[...] alguns trabalhadores estão conscientes de que a utilização das cooperativas [por fábricas calçadistas] funciona como forma de redução de custos. Afirmando que sua existência elimina postos de trabalho assalariado". Porém, a despeito das dificuldades das cooperativas gaúchas, segundo Lima, dada a experiência anterior dos cooperados como assalariados, elas estão em situação bem melhor comparativamente às cooperativas localizadas no estado de Ceará formadas por empresas com a utilização de pessoal sem experiência anterior. Os cooperados cearenses apresentam menor grau de autonomia e maior risco de precarização, no sentido de perda de direitos trabalhistas. A experiência anterior dos gaúchos foi importante para sua melhor situação relativa.

Singer (1997) propugna a tese de que a fragilidade desses tipos de empreendimentos reside em sua "pequenez" e "isolamento", que restringe brutalmente o acesso a tecnologias que exigem mais investimentos e mais produção. Segundo ele, a vantagem decisiva da grande empresa sobre a pequena é provavelmente a possibilidade de desenvolver novas técnicas de processo e novos produtos, além de dispor de informações e conhecimentos. Ademais, esses empreendimentos em geral apresentam graves carências, como

defasagem tecnológica, equipamento desgastado e falta de competitividade. Nesse cenário, é preciso dotá-los de criatividade e eficiência, além de experiência gerencial, administrativa e comercial.

Ou seja, utilizando-se o termo de Coraggio (1997, p. 37), é preciso alcançar uma "organicidade", o que implica "[...] investir recursos importantes no desenvolvimento, consolidação e alimentação de redes que articulem, comuniquem e dinamizem a multiplicidade de empreendimentos e micro redes populares". Implica, inclusive, em sua visão, "[...] canalizar recursos de pesquisa e assessoria técnica das universidades para a conformação de centros tecnológicos que alimentem e estimulem estas redes de maneira permanente". Além disso, no que tange à superação do sentimento "estruturalmente hostil" ao surgimento e ao desenvolvimento de tais empreendimentos, "[...] é necessário empreender também uma profunda transformação cultural dos valores sobre o bem-estar, o trabalho, a democracia e os limites da legitimidade do exercício do poder" (CORRAGGIO, 1997, p. 37).

Do ponto de vista da literatura econômica, foi Schumpeter (1976) que reconheceu e ressaltou o papel do empreendedor como "motor" do desenvolvimento econômico e que, portanto, propugnou a ideia da importância de conhecer o seu comportamento, inclusive como um problema específico a ser analisado. A literatura econômica tem estudado o processo empreendedor por diversas perspectivas. Enquanto alguns autores destacam os atributos de personalidade e motivação, por exemplo, Penrose (1959) e McClelland (1961), outros focalizam mais o processo, como, por exemplo, Gibb e Ritchie (1982), Johansson (1988), Kantis, Ishida e Kornori (2002), Bacic e Souza (2008).

Para Penrose (1959), o "espírito empreendedor" caracteriza-se pela "predisposição psicológica" que leva os indivíduos a se arriscarem com a esperança de obter algum lucro, com base no aproveitamento de oportunidades. McClelland (1961) define o empreendedor como aquele que busca o lucro, enfrenta riscos, possui aptidões, capacidade de organização e valores morais. Gibb e Ritchie (1982) entendem

que o sucesso de um empreendimento depende da qualidade da oportunidade de negócio identificada (a ideia), do acesso aos recursos e sua organização, da habilidade do empreendedor e suas motivações. Johansson (1998) destaca o papel das redes dentro do processo, e Kantis, Ishida e Kornori (2002) diferenciam etapas distintas no processo empreendedor, além de discutirem os diversos tipos de recursos aos quais o empreendedor pode ter acesso.

Bacic e Souza (2008) afirmam que, a partir da revisão da literatura, é possível concluir que há etapas diferentes no processo empreendedor e necessidade de diversos tipos de recursos. As etapas englobam incubação da ideia, início do empreendimento e consolidação inicial. Essas etapas, para serem percorridas, precisam da ação sistêmica de distintos fatores: motivacionais, competências, redes de sustentação e recursos financeiros.

Segundo Bacic e Souza (2008), no conjunto das competências, cabe destacar três aspectos: a habilidade para tolerar riscos, o estudo formal e a experiência acumulada no trabalho. Observa-se, assim, o complexo arranjo necessário para que um empreendimento seja criado e tenha sucesso. A falta de alguns dos elementos pode levar ao fracasso do processo. Nesse sentido, cabe refletir sobre as dificuldades que terão os empreendimentos criados para serem "portas de saída" para as políticas emancipatórias.

Bacic, Baldeón e Almeida (2003), no que tange especificamente às cooperativas populares contempladas no projeto de incubadoras pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)/Unicamp, mostram que esses empreendimentos não são formados, em sua grande parte, por pessoas com o perfil de recursos necessários para ter sucesso. Um levantamento comparativo referente às características pessoais do empreendedor brasileiro e do cooperado, realizado pelos autores, mostra que o empreendedor "nato" brasileiro possui, em sua totalidade, elevado nível educacional (muito acima da média do país), média de 41 anos de idade, sexo masculino, pertence à classe média e já apresentou experiências profissionais anteriores, na área de seu empreendimento. A experiência

anterior no trabalho foi fator-chave para a descoberta da oportunidade que deu origem ao novo empreendimento e foi também muito importante para a construção da rede profissional e no enriquecimento da rede pessoal. Já os cooperados,

em sua grande maioria, apresentam baixa escolaridade e qualificação técnica, são geralmente desempregados ou trabalhadores informais e do sexo feminino. Também os fatores ligados à motivação, competências empresariais e redes de relacionamento eram bem diferentes quando comparados os empreendedores "natos" com os "sociais".

Nessa perspectiva, os autores concluem que "[...] o estudo sobre o empreendedorismo confirma a necessidade de elevar os níveis educacionais para a efetivação dos programas autossustentáveis de geração de emprego e renda [...]" (BACIC; BALDEÓN; ALMEIDA, 2003, p. 11), frente na qual as políticas públicas deveriam atuar com mais veemência.

Caso o perfil dos cooperados atendidos pela ITCP/Unicamp esteja próximo ao dos beneficiados pelo PBF, a formulação de programas emancipatórios não pode ser pensada no sentido de criação de simples "portas de saída", mas sim de processos (evidentemente longos e trabalhosos) que conduzam em direção às "portas de saída". Nesses processos, deverão ser integradas ações e políticas que visem, além da aquisição de competências empreendedoras mínimas por parte dos cooperados, à formulação de políticas que sustentem esses empreendimentos, inclusive, facilitando-lhes acesso a alguns mercados (por exemplo, fornecimento ao setor público). Também é necessário reforçar as ações para possibilitar a inserção dos beneficiários pelo PBF no mercado formal de trabalho (o que pode demandar menos esforços que a constituição dos empreendimentos autogestionários, tão caros à Esol).

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE DO EES

As políticas públicas elaboradas e implementadas na área da Esol entendem os EES como uma

Nesse sentido, cabe refletir sobre as dificuldades que terão os empreendimentos criados para serem "portas de saída" para as políticas emancipatórias

possível "porta de saída" para os beneficiários do PBF, no sentido de permitir que eles busquem sua própria renda¹⁰. Os EES são, dentro dessa perspectiva, instrumentos de transição de políticas do tipo "assistencialistas" para políticas "emancipatórias" (MORAIS; BACIC, 2008). O PBF beneficia mais de 11 milhões de famílias e é considerado um dos maiores PTMC do mundo (SOARES; RIBAS; OSÓRIO, 2007). No entanto, em que pese o significativo número de famílias beneficiadas, existem hoje no país, aproximadamente, 20,3 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, de acordo com os estudos e com a definição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), elaborada pelo IBGE, de 2007. Nesse estudo, a extrema pobreza define-se como aquela de pessoas que sobrevivem com uma renda média mensal domiciliar per capita de até um quarto de salário mínimo (SM), na época, R\$ 380,00.

Nessa perspectiva, conforme comentam Campos, Amorim e Garcia (2008), é provável que parte importante desse contingente já receba os benefícios do PBF, mas esses recursos são insuficientes para retirá-los da linha de pobreza extrema. Cabem, portanto, algumas indagações: os EES seriam uma solução definitiva para o problema da busca de "portas de saída" para o imenso contingente de pessoas em situação de miséria e que já recebem benefícios do PBF? Qual seu potencial para criar um espaço amplo e alternativo ao capitalismo? Mediante tais questões, este trabalho se limitará a pensar algumas respostas, a partir dos dados que podem ser obtidos no atlas da Esol (BRASIL, 2008a), elaborado pela Senaes/MTE, nos quesitos referentes ao faturamento dos EES (que pode ser visto como um indicativo do potencial para gerar renda) e da retirada média mensal dos participantes desses EES.

¹⁰ Um exemplo prático dessas políticas foi o projeto "Apoio à Implementação do Programa Bolsa Família nos Municípios Paulistas", realizado pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS), em parceria com a Fundação Prefeito Faria Lima (Cepam), que percorreu 579 municípios paulistas no segundo semestre de 2007, oferecendo oficinas de geração de renda, no âmbito de políticas "emancipatórias", a partir da ideia de criação de "portas de saída" aos beneficiários do PBF. Mais informações, visitar o site <http://www.cepam.sp.gov.br>.

Antes de entrar especificamente nessas questões, cabem algumas informações adicionais que ajudam a compreender, por um lado, o direcionamento das políticas que vêm sendo desenvolvidas pela Senaes e, por outro, o perfil desses EES.

Tais políticas inauguram uma concepção renovada em termos de geração de trabalho e renda

No que concerne ao direcionamento das políticas públicas elaboradas e implementadas pela Senaes, vale mencionar algumas informações referentes aos programas de apoio à Esol e à geração de trabalho e renda no governo federal. De acordo com o documento intitulado Avaliação das Políticas Públicas de Esol, de 2005, realizado a partir de um convênio entre o MTE, o IPEA e a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), as políticas de Esol representam uma "[...] forma específica de operar ações de geração de trabalho e renda [...]", pois estão assentadas em uma concepção estratégica de desenvolvimento territorial. No entanto, chama a atenção ao fato de que tal concepção e modo de implementar as políticas de Esol não encontram unanimidade em razão da diversidade de contextos nos quais tais políticas são empreendidas, implicando diferentes visões sobre sua concepção, seu nível de estruturação, bem como sua forma de implementação.

Tal constatação sugere o estado de experimentação em que estão as ações públicas nessa área, o que encontra respaldo no próprio documento em questão, que propugna a ideia de que "[...] tais políticas inauguram uma concepção renovada em termos de geração de trabalho e renda, bem como apontam novas tendências na configuração das relações entre Estado e sociedade no caminho de sua maior democratização". No entanto, continua o documento, "[...] tal hipótese apresenta desafios muito grandes para sua efetividade, e o maior deles diz respeito ao nível de fragilidade institucional sob o qual repousam tais políticas" (BRASIL, 2005, p. 92).

Entretanto, ao se analisar o programa em desenvolvimento da Senaes, percebe-se um avanço no que tange à introdução de políticas públicas específicas para a Esol em âmbito nacional, em um contexto de novas realidades que demandam do poder público respostas para as relações de

trabalho distintas do emprego assalariado. Esse programa começou a ser implementado em 2004, seis meses após a criação da Senaes dentro do MTE, ano em que as ações de Esol sob responsabilidade da secretaria passaram a contar com orçamento próprio, a partir da inclusão do programa no plano plurianual (PPA) do governo federal de 2004-2007. Desde o princípio de sua elaboração, o programa buscou expressar as principais demandas da Esol na definição de ações e prioridades, dialogando com a plataforma do Fórum Brasileiro de Esol e, mais recentemente, com as resoluções da I Conferência Nacional de Esol e do Conselho Nacional de Esol. Além da intensa interlocução com a sociedade civil, a política nacional de Esol também se caracteriza por apostar na transversalidade e na intersectorialidade, buscando articular-se às demais ações de geração de trabalho e renda, de combate à pobreza e de inclusão social do governo federal e de outros entes federativos (BRASIL, 2009).

De acordo com o atlas da Esol (BRASIL, 2008a), do total de 21.638 EES contabilizados no país, que geram pouco mais de 1,6 milhão de empregos, a maioria foi criada entre 1991 e 2007 e está localizada na área rural. No entanto, foi entre 2005 e 2007 que os EES cresceram 46%. Mais de 15 mil EES possuem entre dez e 50 pessoas empregadas, e pouco mais de 5 mil têm mais de 50 trabalhadores. Do total dos EES, 52% organizam-se em forma de "associação", 36,5% em "grupo informal" e quase 10% em "cooperativas". Os motivos pelos quais foram criados os EES são alternativa ao desemprego (38%), complemento de renda (36%), obtenção de acesso ao financiamento (16%), exercer o trabalho associado (9%) e recuperação de empresa (1%). Percebe-se que o motivo direto ou indiretamente ligado à renda perpassa mais de 75% do total dos casos registrados. Das 50 principais atividades econômicas contabilizadas, destacam-se as de serviços da agricultura, cultivos de produtos agrícolas em geral, fabrica-

ção de têxteis, cultivo de cereais e hortaliças e cuidado de animais.

Do ponto de vista do faturamento (Tabela 1), percebe-se uma média mensal de R\$ 30 mil por EES, o que corresponde a um faturamento mé-

Das 50 principais atividades econômicas contabilizadas, destacam-se as de serviços da agricultura, cultivos de produtos agrícolas em geral, fabricação de têxteis, cultivo de cereais e hortaliças e cuidado de animais

dio mensal por participante de R\$ 386,98 (considerando os 1.687.496 participantes informados pelo atlas). Esse valor permite pensar que existe certo potencial para que os EES sejam vistos como um caminho para retirar da situação de ex-

trema pobreza uma parte da população que vive com menos de um quarto de SM per capita, uma vez que esse faturamento equivale a algo mais que um SM da época (R\$ 380,00).

No entanto, ao se analisar, ainda na Tabela 1, os dados estratificados, observa-se uma forte concentração do faturamento em poucos EES, visto que 3,3% deles detêm 80,4% do faturamento total. Como o faturamento médio mensal desses 3,3% fica em R\$ 726 mil, é de se pensar que esse valor empurra para cima a média geral. Basta ver que, ao retirar esse estrato, o faturamento médio mensal cai em 80%, de R\$ 30 mil para R\$ 6 mil. Essa constatação impacta diretamente a possibilidade de esses EES gerarem rendimentos a seus participantes.

No que se refere aos rendimentos, vale observar (Tabela 2) que somente 12,4% dos EES auferem uma remuneração superior a um SM, enquanto a maioria (50,3%) não percebe rendimento aos seus participantes.

A análise de ambas as tabelas permite deduzir que os EES são limitados, até o momento, como forma para geração de renda, sobretudo quando se trata de uma ampla população em situação desfavorável, seja do ponto de vista da renda, seja da inserção no mercado formal de trabalho. Outro problema muito preocupante refere-se à concentração quando se analisa o faturamento dos 3,3% que auferem 80,4% do total faturado pelos EES contabilizados no atlas.

Em contrapartida, pode-se pensar que esses 3,3% de maior faturamento mostram que há poten-

Tabela 1
Faturamento médio mensal dos EES – Brasil – 2007

Faturamento mensal (R\$)	Nº de EES	EES (%)	Total (R\$)	Faturamento (%)	Faturamento médio mensal por EES (R\$)
Sem faturamento	6.533	30,2	0,00	0,0	0,00
de 1,00 a 1.000,00	3.628	16,8	1.888.534,99	0,3	520,54
de 1.001,00 a 5.000,00	5.412	25,0	13.489.199,68	2,1	2.492,46
de 5.001,00 a 10.000,00	2.031	9,4	14.551.018,35	2,2	7.164,46
de 10.001,00 a 50.000,00	2.789	12,9	61.387.900,66	9,4	22.010,72
de 50.001,00 a 100.000,00	522	2,4	36.722.203,36	5,6	70.349,05
Mais de 100.000,00	723	3,3	524.990.592,41	80,4	726.128,07
Total	21.638	100,0	653.029.449,45	100,0	30.179,75

Fonte: Brasil (2008a).
Sem declaração: 221.

Tabela 2
Remuneração média mensal (em classes de SM)
Brasil – 2007

Classes de SM	EES Quantidade	%
0 SM	10987	50,3
Até ½	4809	22,0
De ½ a 1	3357	15,4
De 1 a 2	1765	8,1
De 2 a 5	763	3,5
Mais de 5	178	0,8

Fonte: Brasil (2008a).

cial de crescimento no âmbito de empreendimentos econômicos no formato "autogestionário". Também, ao se analisar que 12,4% dos EES percebem mais de um SM de retiradas, é possível afirmar a existência de potencial para geração de renda, podendo ser considerado pelos gestores do PBF um interessante exemplo de possibilidade "emancipatória". Entretanto, deve-se frisar que tal fato indica uma condição de enfrentamento e não uma solução acabada, pronta para emancipar os milhares de cidadãos em situação desfavorável e de marginalidade.

Nesse sentido, acredita-se que o caminho para a busca de uma alternativa para a "emancipação", dentro do atual sistema capitalista, com base na expansão dos EES, é eticamente correta e aceitável, visto que permite a inserção sociolaboral, de forma produtiva, tanto econômica quanto socialmente. No entanto, a fragilidade desses EES aponta para a necessidade de pensar as políticas públicas nessa área de forma mais "estruturante", ou, conforme sugere Coraggio (2008), de maneira que contemple ações de longo prazo.

Entende-se que o maior problema dos EES é que a construção do "espaço emancipador" ou do "espaço de autonomia" tem como pré-requisito competências e recursos que não estão ao alcance da maioria das pessoas que participam dos grupos autogestionários. Esse problema se recrudescer no caso dos que vivem no meio urbano, tendo em vista as características dos mercados, bastante sofisticados, como no caso das costureiras, que devem entender de aspectos ligados às tendências da moda para programar suas atividades futuras, além da necessidade de possuírem os equipamentos necessários e de conhecerem a arte da costura.

Segundo Gaiger (2008), os intelectuais que discutem a Esol apresentam certa resistência no que tange à discussão dos temas empresa, eficiência e empreendedorismo, dado que estariam contaminados ideologicamente e que levariam a pensar dentro do marco da racionalidade capitalista. O autor critica essa visão, considera-a uma "atitude refratária", visto que não é possível pensar uma sociedade na qual não haja relações de troca e atividade econômica, e propugna a necessidade de resgatar o termo empreendedorismo no âmbito da Esol, além de entender a complexidade do processo empreendedor e sua adequação às necessidades de um "empreendedorismo associativo", típico dos EES, no qual são ingredientes necessários a cooperação no trabalho, as decisões coletivas, a troca de informações e um projeto coletivo. Em outros termos, Gaiger defende um conceito de "empreendedorismo brando", quando comparado ao perfil empresarial das atividades tipicamente capitalistas e fortemente compe-

titivas e individualistas.

Ainda de acordo com esse autor, é interessante mencionar que a eficiência dos EES diz respeito à capacidade de preservar-se e consolidar-se em resultado de seu funcionamento, ou seja, "[...] refere-se a aspectos da operação econômica que garantem a sobrevivência do empreendimento no presente e não o comprometem no futuro próximo" (GAIGER, 2008, p. 66). Já a sustentabilidade dos EES diz respeito

à sua capacidade de gerar condições de viabilidade e prosseguir funcionando a médio e longo prazos, o que envolve aspectos internos e externos e requer um conjunto de ações, tais como autossuficiência econômica e financeira, capacidade de investimento, incremento produtivo, educação e qualificação permanentes, ampliação social do empreendimento, preservação de parceiros estratégicos, emprego de tecnologias limpas etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista conceitual, o tema referente à ES contempla uma multiplicidade de opiniões, ou seja, seu conceito carece de aceitação e implementação generalizadas. Na verdade, pode-se afirmar que, até o momento, não existe consenso sobre a delimitação de suas fronteiras e atividades. Além do que, a utilização desse termo não está isenta de ambiguidades, uma vez que convive com uma diversidade de nomenclaturas e tipologias ("terceiro setor", "terceiro sistema", "economia *no profit*", "setor voluntário", "economia alternativa" etc.) que, embora sejam utilizadas para designar realidades similares, nem sempre delimitam o mesmo campo de atividades. Como corolário dessa multiplicidade de opiniões e de conceitos, bem como das ambiguidades e contradições existentes, aparece um outro obstáculo para o avanço dos estudos desse "setor", que se refere às informações quantitativas, de mensuração. Nesse sentido, em cada país, ou até mesmo em cada região, adotam-se distintas referências, que variam em função da trajetória histórica, socio-

cultural, política, econômica e também dos desideratos, da ideologia e dos valores do pesquisador.

Especificamente a Esol, pode ser considerada um subconjunto da ES, que tanto no Brasil como em outros países da América Latina ganhou muita importância e foi utilizada como resposta das classes populares que foram duramente atingidas pela crise do emprego e pelo quadro de pobreza extrema, desemprego crônico e elevado nível de desigualdade socioeco-

nômica. Nessa perspectiva, a experiência popular com base na Esol ganhou densidade, apresentou casos concretos de relativo êxito e, apoiada por alguns teóricos e estudiosos, constitui-se em um corpo doutrinário, que, baseado em princípio de ética, cooperação, autogestão e cidadania, mostrou elementos concretos para a formulação de políticas públicas.

No Brasil, bem como em âmbito internacional, embora estudos mais específicos sobre os impactos e as perspectivas da "terceira geração" dos PTMC ainda se constituam como um tema em elaboração, pode-se, mesmo que de maneira preliminar, esboçar algumas considerações sobre o caso brasileiro. No âmbito da Esol, há um ambiente mais favorável e permissivo à consecução de políticas e práticas que vão ao encontro da ideia das possibilidades de "emancipação" dos beneficiários. Só para se ter uma ideia, basta analisar os dados e as possibilidades encontradas no âmbito da Senaes. Também é interessante analisar as possibilidades abertas pelos programas de microcrédito, experiência que vem sendo desenvolvida em diversos municípios brasileiros.

No entanto, como se nota, inúmeras dificuldades permeiam o êxito socioeconômico dos EES no Brasil. Entre os principais problemas levantados, as questões econômica, jurídica, administrativa e financeira são, consensualmente, citadas como as de maior relevância. A fragilidade desses tipos de empreendimentos reside em sua "pequenez" e "isolamento", que restringem brutalmente o acesso a tecnologias que exigem mais investimentos e mais produção. De forma resumida, os principais "gar-

Também é interessante analisar as possibilidades abertas pelos programas de microcrédito, experiência que vem sendo desenvolvida em diversos municípios brasileiros

galos" ou entraves enfrentados são basicamente dificuldades na comercialização, acesso à matéria-prima, insumos e recursos para equipamentos e falta de qualificação, aperfeiçoamento e técnicas de gerenciamento para seus quadros, além da ausência e dificuldade em obter e aproveitar as linhas de crédito específicas à consecução de atividades mediante projetos.

A análise de algumas experiências relatadas na literatura utilizada mostra a limitação que a maioria dos EES apresenta para gerar renda aos seus participantes. No caso brasileiro, os dados consultados revelam que os EES são, até o momento, limitados no que tange às possibilidades de geração de trabalho, emprego e renda para uma população significativa que contemplam, sejam os beneficiários do PBF, sejam aqueles que convivem em situação de miséria extrema. Outro problema verificado refere-se à concentração do faturamento por 3,3% dos EES, que auferem mais de 80% do total faturado pelo conjunto dos EES contabilizados no país.

A natural fragilidade dos EES e o fato de que a maioria dos beneficiados pelos programas não possui minimamente o conjunto de requisitos necessários para se tornar empreendedor colocam limites claros às políticas "emancipatórias" que procuram prioritariamente a constituição de EES. Nesse aspecto, há que se pensar num amplo leque de possibilidades, que deve ser entendido como processos em direção às "portas de saída" e que conduzam os beneficiários à obtenção de renda, muitas vezes de forma paulatina e complementada pelo PBF.

As experiências devem ser estudadas e apoiadas dentro de critérios de sustentabilidade não unicamente econômicos, mas sim a partir de ações que permitam a melhora nas condições de acesso, como assistência direta, financiamento, regulação de mercados e geração de serviços de apoio às formas não capitalistas de produção. Ou seja, devem ter como base uma "política de Estado" que contemple a vontade social e política dos atores coletivos envolvidos, de modo que trate os EES e a Esol de forma ampla e integrada com as demais políticas de desenvolvimento humano, social, econômico, político e cultural. Nesse sentido, as políticas públicas desempenham um papel de enorme importância na viabilização desses programas que

objetivam "portas de saída" ou a "emancipação".

Assim, entende-se que conhecer a dinâmica dos EES, bem como os programas públicos – em experimentação e em elaboração – desenvolvidos no âmbito da Esol, é um passo importante para desvendar e enfrentar a realidade de um país marcado por uma profunda desigualdade socioeconômica e, portanto, um avanço inquestionável para pensar políticas públicas de geração de trabalho, emprego e renda em nosso país. Esses objetivos contemplarão os próximos passos desta empreitada, uma vez que se pretende investigar mais detalhadamente certos aspectos que permeiam esta pertinente discussão.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. R.; JORGE, A. F.; SORJ, B. Projetos de geração de renda para mulheres de baixa renda: reflexões a partir de estudos de caso no Rio de Janeiro. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro: Fase, n. 72, p. 62-72, mar./maio 1997.
- BACIC, M.; SOUZA, M. C. Empreendedor e processo empreendedor no Brasil: resultados de uma pesquisa de campo. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 5., São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008.
- BACIC, M.; BALDEÓN, N.; ALMEIDA, C. Empreendedorismo x cooperativismo: um estudo de caso das cooperativas incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/UNICAMP. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 3., São Paulo, 2003. *Anais...* São Paulo: Fundação Alvares Penteado, 2003.
- BAREA, J. Conceptos y agentes de la economía social. CIRIEC, España, n. 8, p. 109-117, 1990.
- _____. La economía social en España. *Economía y Sociología del Trabajo*, n. 12, p. 8-16, 1991.
- BAREA, J.; MONZÓN, J. L. (Dir.). *La economía social en España en el año 2000*. Espanha: Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, Dirección General de Fomento de la Economía Social y del FSE/CIRIEC, 2002.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Atlas da economia solidária (Esol) no Brasil 2007*. Brasília, DF: MTE/SENAES, 2008a. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em: 12 jan. 2009.
- _____. *Avaliação de políticas públicas de Esol*. Brasília, DF: MTE/IPEA/ANPEC, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/senaes>>. Acesso em: 21 maio 2008.
- _____. Brasília, DF: SENAES/MTE, 2009. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional.asp>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Economia solidária: projeções*. Brasília, DF: MTE 2008b. Disponível em:

<<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família: guia do gestor*. Brasília: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006.

_____. *O Programa Bolsa Família*. Brasília, DF: MDS, 2008c. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>>. Acesso em: 22 set. 2008.

_____. *Avaliação de impacto do Programa Bolsa Família*. Brasília, DF: CEDLEPAR/UFMG, 2007. Disponível em: <<http://msd.gov.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2008.

CAMPOS, A. G.; AMORIM, R. L. C.; GARCIA, R. C. (Ed.). *Brasil: o estado de uma nação*. Brasília, DF: IPEA, 2008. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201004_jsp?ttCD_CHAVE=2959>. Acesso em: 10 jan. 2009.

CARPI, J. T. La economía social en un mundo en transformación. CIRIEC, España, n. 25, p. 83-115, abr. 1997.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAVES, R. La economía social como enfoque metodológico, como objeto de estudio y como disciplina científica. CIRIEC, España, n. 33, p. 115-140, 1998.

COCHARAN, K. Why a social economics? *Review of Social Economics*, v. 37, p. 121-132, Abr. 1979.

CORAGGIO, J. L. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro: Fase, n. 72, p. 30-38, mar./maio 1997.

_____. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 91-132.

_____. La sostenibilidad de los emprendimientos de la economía social y solidaria. *Otra Economía*, v. 2, n. 3, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.riless.org/otraeconomia>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

CRUZ, A. C. M. da. *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CUNHA, G. C. *ESOL e políticas públicas: reflexões a partir do caso do Programa Incubadora de Cooperativa da Prefeitura Municipal de Santo André*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DEFOURNY, J.; FAVREAU, L.; LAVILLE, J. (Dir.). *Inserción y nueva economía social*. Valência: CIRIEC-España/IUDESCOOP, 1997.

DUGGER, W. M. Social economics: one perspective. *Review of Social Economics*, v. 35, p. 299-310, Dec. 1977.

FRANÇA FILHO, G. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO, G. et al. *Ação pública e ESOL: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GAIGER, L. I. *Sentido e viabilidade das formas de produção*

não capitalistas: alguns resultados de pesquisa sobre a ESOL no Brasil. 2004. Disponível em: <http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/gaiger_sentido_y_viabilidad.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2008.

_____. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Otra Economía*, v. 2, n. 3, jul./dez. 2008.

GIBB, A.; RITCHIE, J. Understanding the process of starting small business. *European Small Business Journal*, n. 1, p. 26-46, 1982.

IBGE. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

JOHANISSON, B. Personal networks in emerging knowledge-based firms: spatial and functional patterns. *Entrepreneurship & Regional Development*, v. 10, n. 4, p. 297-312, 1988.

KANTIS, H.; ISHIDA, M.; KORNORI, M. *Entrepreneurship in emerging economies: the creation and development of new firms in Latin America and East Asia*. Washington: Inter-American Development Bank, 2002.

KREIN, J. D. Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. In: PRONI, M.; HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade*. São Paulo: UNESP/UNICAMP, 2003.

LANCE, E. *Políticas públicas para o desenvolvimento econômico solidário do Brasil*. Brasília: SENAES, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_tdiscussao>. Acesso em: 10 ago. 2008.

LEITE, M. P. *A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades*. Campinas: FE-UNICAMP, 2008.

LIMA, A. L. M. O fenômeno da economia solidária: reflexões em um campo de estudo controverso. *Revista Integração*, n. 25, abr. 2003. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/ano10/05/index.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

LIMA, J. Trabalho flexível e autogestão: estudo comparativo entre cooperativas de terceirização industrial. In: LIMA, J. (Org.). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. *Trabalho autogestionário e cooperativas: uma introdução ao debate internacional*. São Carlos: UFSCAR, 2008.

LISBOA, A. M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: DAL RI, N. M. (Org.). *Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho*. São Paulo: Arte & Ciência, 1999. p. 55-89.

MCCLELLAND, D. *The achieving society*. New York: The Free Press, 1961.

MONTOLOIO, J. M. Economía social: concepto, contenido y significación en España. CIRIEC, España, n. 42, p. 5-31, nov. 2002.

MONZÓN, J. L. Economía social y conceptos afines: fronteras borrosas y ambigüedades conceptuales del tercer sector. CIRIEC, España, n. 56, p. 9-24, nov. 2006.

MORAIS, L. P. Economia social e solidária: do que se trata este complexo e contraditório setor? Balanço, tendências e perspectivas para análise do caso brasileiro. In: CONGRESSO

- NACIONAL DA ABET, Salvador, 2007. *Anais...* Salvador: ABET, 2007, 1 CD-ROM.
- MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Economia social y programas de emancipación por medio de emprendimientos sociales en Brasil: los avances y las dificultades actuales. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CIRIEC, 27., Sevilha, 2008. *Anais...* Sevilha: CIRIEC, 2008. 1 CD-ROM.
- MORENO, A. S. *Análisis económico del sector no lucrativo*. Valência: Ed. Tirant lo Blanc, 1996.
- MORENO, A. S.; CHAVES, R. Balance y tendencia en la investigación sobre tercer sector no lucrativo. Especial referencia al caso español. CIRIEC, España, n. 56, p. 87-119, nov. 2006.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. *Panorama do cooperativismo no Brasil: censos, exportações e faturamento*. INFOTEC, 2008. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 13 ago. 2008.
- PENROSE, E. T. *The theory of the growth of the firm*. Inglaterra: Wiley & Sons, Inc., 1959.
- PINHO, D. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. São Paulo: CNPQ, 1982, v. 1.
- REIS, C. R. N. Não têm patrão mais têm, porque eles continuam mandando: trabalhadores e cooperativas de trabalho no Maranhão. In: LIMA, J. (Org.). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume, 2007.
- SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. London: Allen&Unwin, 1976.
- SCOLESE, E. Bolsa Família vai ganhar Secretaria da "porta de saída". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 dez. 2007. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acesso em: 24 dez. 2007.
- SERVA, M.; ANDIÓN, C. A economia social no Brasil: panorama de um campo em construção. In: URALDE, J. M. *La economía social en Iberoamérica: un acercamiento a su realidad*. Madrid: MTAS/FUNDIBES, 2006, p. 39-86.
- SINGER, P. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro: Fase, n. 72, p. 5-13, mar./maio 1997.
- _____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUZA SANTOS (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. A economia solidária no Governo Federal. *Mercado de trabalho*, IPEA, n. 24, ago. 2004.
- SOARES, F. V. et al. Cash transfers programmes in Brazil: impacts on inequality and poverty. *Working Paper, International Poverty Centre*, n. 21, jun. 2006.
- SOARES, F. V.; RIBAS, R. P.; OSÓRIO, R. G. Avaliando o impacto do PBF: uma comparação com programas de Transferência Condicionada de Renda de outros países. *IPC Evaluation Note*, n. 1, dez. 2007.
- SOARES, F. V.; BRITTO, T. Confronting capacity constraints on Conditional Cash Transfers in Latin America: the cases of El Salvador and Paraguay. *Working Paper, International Poverty Centre*, n. 38, Aug. 2007.
- SOARES, F. V.; ZEPEDA, E. Todas as transferências de renda diminuem as desigualdades? *One Pager*, IPC, n. 36, jan. 2008.
- TESCH, W. *Economía social en el Brasil: espacio y potencial – el desafío de la construcción de una cultura participativa en una sociedad patrimonialista*. Economía social y cooperación al desarrollo en Ibero América. Madrid: MTAS/FIES, 2004, p. 60-90.
- TOSCANO, F. S. *Informe sobre la economía social en Andalucía*. S.l: s.n., 2002. 1 CD-ROM.
- VAINER, C. Controle político ou utopia experimental? *Unitrabalho Informa*, v. 3, n. 10, jan. 2000. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/boletim/artigos/vainer.html>>. Acesso em: 15 set. 2008.